




Informativo



 Aeba Associação

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA - AEBA

www.aeba.org.br • aeba@aeba.org.br

 (91) 99292-7071

10 de junho de 2016

Pacotão contra os engenheiros tem novo revés.

Juíza Titular da 8º Vara do TRT 16 Concede Liminar contra a retirada de Direitos

A Juíza Titular da 8º Vara do TRT 23, estado do Mato Grosso, concedeu Tutela Inibitória Preventiva em ação ajuizada pelo Sindicato dos Bancários do Mato Grosso – SEEB-MT que visa proteger os direitos dos engenheiros e demais técnicos ameaçados de perdas de direitos ocorrida no “pacotão de maldades” contra os engenheiros, que vem sendo implementado pela atual Diretoria do Banco. Que, aliás, tem como seu presidente um engenheiro.

Entenda o caso

Visando punir os engenheiros do estado do Pará, a Diretoria do Banco da Amazônia, juntamente com o Conselho de Administração pôs em operação um conjunto de medidas que, entre outras coisas: impede o acesso dos engenheiros às funções comissionadas de Analista, Supervisor, Coordenador, Auditor entre outras, incluindo aí a retirada da função comissionada dos engenheiros que já exercem as referidas funções.

As medidas já foram iniciadas na Direção Geral, onde a maioria dos engenheiros já perderam as comissões de analista e já foram, na quase totalidade, realocados em duas gerências específicas.

Embora a medida seja destinada aos engenheiros do estado do Pará, elas terminam por afetar a todos, o que tem provocado reações das entidades nos demais estados. A decisão é

uma grande vitória para todos os engenheiros do Banco, e agora, assim como no Acre, no Mato Grosso. Enquanto persistir a vigência da liminar não poderá haver retirada de funções.

E no Pará

No Pará, a assessoria jurídica do SENGE – PA também prepara um remédio judicial para o caso. Diga-se que os engenheiros sempre foram engenheiros, e sempre receberam seus benefícios nessa condição, que antes não era reconhecida pela empresa e que, por essa razão, não pode o Banco retirar direitos e comissões.

Estamos assistindo nesse momento a um inédito recrudescimento do autoritarismo, diversos colegas estão tendo negados acessos básicos a documentos como, por exemplo, o Manual de Pessoal das versões anteriores, contratos de trabalho e Plano de Cargos e Salários. Até o sistema de Folha de Pagamento – FIP está fora do “ar”. Coincidência ou não?